



# **TURISMO CULTURAL DE ICÓ-CE: DIAGNÓSTICO, PLANO DE AÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO MATERIAL**

*CULTURAL TOURISM IN ICÓ-CE: DIAGNOSIS, ACTION  
PLAN AND SUSTAINABILITY OF THE MATERIAL HERITAGE*

**Maria Waldilene de Sousa Cavalcante<sup>1</sup>**

**Marcelo Martins de Moura-Fé<sup>2</sup>**

**Jeniffer de Nadae<sup>3</sup>**

**Francisco Tiago Setuval Carvalho<sup>4</sup>**

**Maria Adjayne de Lima Lino<sup>5</sup>**

1. Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Especialização em Gestão de Recursos Humanos e Metodologia da Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). Bacharelado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). E-mail: waldilenesouza@univ.edu.br

2. Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutorado e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia pela UFC. Professor na Universidade Regional do Cariri (URCA). Atua no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável na Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: marcelo.mourafe@urca.br

3. Doutorado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Engenharia de Produção pela Faculdade de Engenharia de Bauru da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP/Bauru). Graduação em Administração de Empresas e Agronegócios pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP). Professora na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). E-mail: jeniffer.nadae@unifei.edu.br

4. Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Licenciatura em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Professor Temporário na Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: tiago.carvalho.061@ufrn.edu.br

5. Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Licenciatura plena em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: adjayne.lino@aluno.ufca.edu.br

**RESUMO:** O turismo é caracterizado como fenômeno social, cultural e econômico. O turismo cultural se efetivou como um elemento importante no crescimento regional contribuindo para as estratégias de desenvolvimento sustentável. Patrimônio cultural é o conjunto de manifestações culturais e se constitui no diálogo da comunidade com seu território. A cidade de Icó é um patrimônio cultural nacional tombado justificado por seu acervo material, apresentando potencialidades para promoção do desenvolvimento do turismo cultural. O objetivo deste manuscrito é realizar um diagnóstico do turismo cultural em Icó e propor um plano de ação para potencializar este segmento turístico. Metodologicamente tem uma abordagem qualitativa, de natureza básica e caráter exploratório-descritivo. Realizou-se um levantamento bibliográfico, documental, cartográfico, iconográfico, trabalhos de campo e etapas em laboratório, com elaboração de mapeamento digital. Os resultados apresentam a importância do turismo cultural, com ênfase no seu patrimônio material, de modo a contribuir com as discussões acerca do conceito, das abordagens metodológicas e de suas possíveis aplicações na construção de estratégias sustentáveis de uso do patrimônio cultural material de Icó.

**Palavras-chave:** Turismo; Polícias Públicas; Desenvolvimento Sustentável; Patrimônio; Gestão Patrimonial.

**ABSTRACT:** Tourism is characterized as a social, cultural and economic phenomenon. Cultural tourism has become an important element in regional growth, contributing to sustainable development strategies. Cultural heritage is the set of cultural manifestations and is constituted in the dialogue between the community and its territory. The city of Icó is a listed national cultural heritage site, justified by its material heritage, presenting potential for promoting the development of cultural tourism. The aim of this manuscript is to carry out a diagnosis of cultural tourism in Icó and propose an action plan to boost this tourist segment. The methodological approach is qualitative, basic in nature and exploratory-descriptive in character. A bibliographical, documentary, cartographic and iconographic survey was carried out, as well as fieldwork and laboratory steps, including digital mapping. The results show the importance of cultural tourism, with an emphasis on its material heritage, to contribute to discussions about the concept, methodological approaches and their possible applications in the construction of sustainable strategies for the use of Icó's material cultural heritage.

**Keywords:** Tourism; Public Police; Sustainable Development; Heritage; Heritage Management.

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo se apresenta como um fenômeno social e dinâmico, caracterizado por inter-relações de relevância econômica que abrangem dimensões sociais, ambientais, econômicas, culturais e políticas, moldando a sociedade contemporânea. No contexto mundial, é uma das atividades econômicas mais significativas, ganhando ainda mais evidência após a Organização das Nações Unidas (ONU) integrar essa atividade na Agenda 2030, alinhando-a aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015; Organização Mundial do Turismo, 2017; (Lima; Irving; Oliveira, 2022).

A cidade de Icó, localizada na região Centro-sul do Estado do Ceará, apresenta potencialidades para promoção do desenvolvimento do turismocultural, demandando que esse segmento possa ser desenvolvido a partir da perspectiva da sustentabilidade patrimonial. Em Icó o turismo cultural tem sua motivação principal na visitaçãoaosedifícioshistóricos na sede do município. No Largo do Theberge, encontram-se edificações históricas, tombadas, as quais se apresentam como uma das principais potencialidades turísticas. São casarões, igrejas e sobrados da arquitetura de estilo colonial e neoclássico (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2021).

Para assegurar a sustentabilidade do patrimônio paralelamente ao possível desenvolvimento da atividade turística em Icó, é necessário fomentar políticas públicas para investir no patrimônio cultural e promover assim, o turismo sustentável. Logo, as políticas precisam de avaliação e monitoramento contínuo, e os indicadores se constituem como instrumentos práticos para a gestão pública ou privada (Hanai, 2012).

Considerando a importância do patrimônio material de Icó e sua sustentabilidade, e da importância do turismo cultural para o desenvolvimento regional sustentável, este artigo tem como objetivo realizar um diagnóstico do turismo cultural em Icó e propor um plano de ação para potencializar o segmento turístico cultural, considerando a sustentabilidade do patrimônio cultural material e o desenvolvimento sustentável local.

Neste sentido, este trabalho descreveu pontos importantes a serem apontados na realidade do município de Icó-CE. Assim, deve-se pontuar que se tem a finalidade de mostrar a importância do patrimônio cultural material como símbolo identitário na cidade de Icó e que faz parte do processo de construção da identidade da comunidade local, conservando um conjunto de elementos de relevância histórica e cultural, e, apresenta-se ainda, como potencialidade para o turismo cultural.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O turismo é uma força propulsora de crescimento, capaz de gerar renda e melhorar a qualidade de vida nas regiões com atrativos turísticos. Por isso, é essencial refletir sobre os processos de desenvolvimento que essa atividade promove, considerando os aspectos culturais, sociais e sustentáveis (Choay, 2006; Zanetoni; Araújo; Mariani, 2024).

Conceitualmente o turismo apresenta uma segmentação, que pode ser classificada como estratégia de ordenamento da atividade, com fins de planejamento e gestão na segmentação do mercado, fundamentado na divisão da demanda ou da oferta. Dentre os segmentos turísticos estão o ecoturismo, geoturismo, o turismo cultural, sustentável, de sol e praia, dentre outros (Magalhães, 2022).

Turismo cultural ressalta o papel do turismo como costumes de práticas de condutas, que por meio de artefatos de uma coletividade, transmite conhecimentos e significado, e assim (re)criar ou (re)organizar novos sentidos contribuindo para a iminência de novas formas culturais (Robinson; Smith, 2015). Conforme Prada-Trigo et al. (2018), o turismo cultural, promove o envolvimento das comunidades com sua história, sua memória social e seus atrativos culturais, amplia estratégias de desenvolvimento sustentável e o respeito por patrimônios locais. Esse segmento turístico alcança um conjunto de componentes com significações relevantes para o patrimônio cultural e histórico, evidenciando os bens imateriais e materiais da cultura (Brasil, 2017).

Afirmam Lima, Ávila e Queiroz (2011, p. 4) que “o turismo cultural é percebido como uma importante fonte de disseminação da cultura como segmento crescente no Brasil. Assim, faz-se necessário atentar para a necessidade de planejamento no processo de desenvolvimento sustentável do turismo”. Portanto, é urgente que as políticas públicas valorizem o patrimônio cultural e assegurem que o turismo atenda tanto às necessidades dos consumidores quanto aos interesses das comunidades (Ávila, 2009).

Destarte, medir a sustentabilidade no turismo é essencial para avaliar o progresso em relação aos objetivos desejados (Coccosis; Koutsopoulou, 2020). O patrimônio cultural compreende os saberes, fazeres e expressões, e, se constitui no diálogo da comunidade com seu território (Castriota, 2009). Os elementos da cultura local podem se configurar como atrativos turísticos, pode fomentar o desenvolvimento das comunidades no que tange à melhoria da qualidade de vida, emprego, preservação do meio ambiente e o respeito à diversidade (Vogt, 2008).

Segundo Dias (2006), patrimônio cultural representa a herança de bens materiais e imateriais, baseado nas particularidades culturais locais. Portanto, é complexo desenvolver estratégias para promover o turismo e valorizar o patrimônio cultural por meio de políticas públicas específicas.

Em 1945 a fundação da ONU foi um marco importante, pois a ONU se tornou responsável por criar instrumentos para a proteção dos patrimônios naturais e culturais. Em 1946, a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) fortaleceu essa missão, ao intervir em escala mundial nos campos da ciência, da educação e da cultura (Vogt, 2008).

As políticas públicas são medidas do Estado para distribuir bens e serviços na sociedade (Ramos, 2019). No final do século XVIII, o Estado começou a proteger bens imóveis da Idade Média e Antiguidade, criando uma política de preservação. No início do século XX no Brasil, a falta de uma instituição levou à destruição de edifícios históricos (Köhler, 2019).

É importante compreender a melhor forma de gerir a relação entre o turismo e os bens culturais. Segundo Ramos e Costa (2017), o turismo promove importantes pilares sociais, ambientais e econômicos. No Brasil, o turismocultural é destacado como um segmento que gera trabalho e renda, considerado como um turismo sustentável. Logo, as políticas de turismo tornam-se essenciais para o planejamento e desenvolvimento turístico equilibrado e harmônico (Lima, Irving; Oliveira, 2022).

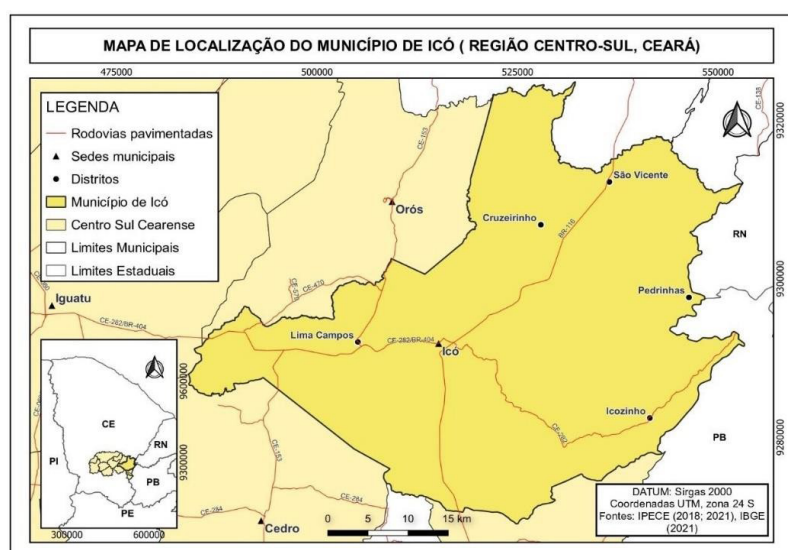
Para Guimarães, Moura Fé e Almeida (2022) os conhecimentos culturais sobre o ambiente e a história integram princípios humanos que contribuem para o crescimento endógeno e sustentável, sendo importante sua preservação.

A partir desse cenário, o artigo discute políticas públicas e a possibilidade de desenvolver ações para criar estratégias sustentáveis de uso do patrimônio cultural material de Icó. A utilização de uma ferramenta de gestão pode contribuir para a criação de uma cultura de medição e avaliação de desempenho no serviço público, o que, por sua vez, possibilita a compreensão dos fatos e orienta ações que promovem a sustentabilidade.

### 3 METODOLOGIA

O estudo foi realizado no município de Icó (Figura 1), que possui 68.303 habitantes, apresenta indicadores que o colocam em destaque na região centro-sul cearense. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* alcança o valor de R\$ 9.019,17, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,606 de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021a). A atividade turística se caracteriza por ser uma das fontes de renda no município, o que exerce influência direta sobre estes indicadores.

FIGURA 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



FONTE: Elaboração dos autores (2023) a partir de IBGE (2021b) e (IPECE, 2018; 2021)

Icó preserva um acervo arquitetônico reconhecido nacionalmente e com imensa representatividade cultural. Como o primeiro sítio tombado no Ceará utiliza o turismo como viés de desenvolvimento econômico, com imensa representatividade cultural conforme apresenta o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2021).

O roteiro teórico-metodológico é de abordagem qualitativa, de natureza básica e caráter exploratório-descritivo, sendo compartimentado em: (1) embasamento teórico-conceitual, que tratou da análise da literatura científica relacionada às temáticas e à área de estudo; (2) contingente técnico-científico, subdividido em etapas inter-relacionadas de gabinete, campo e laboratório.

*Em gabinete realizou-se levantamento bibliográfico e documental de materiais publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros, capítulos e títulos legais relacionados e/ou vigentes no Brasil, Ceará e no município de Icó, que tratam das temáticas relacionadas ao planejamento, turismo cultural, patrimônio cultural, desenvolvimento sustentável, levantamento cartográfico e iconográfico. Posteriormente, foram analisados de forma conjunta e sistemática os dados dos levantamentos, dos trabalhos de campo com visita aos prédios e construções que fazem parte do patrimônio cultural material de Icó (tombado pelo IPHAN), e dos materiais elaborados em laboratório. Após o período investigativo, foi realizado o procedimento observacional, servindo como complemento para os outros métodos (Prodanov e Freitas, 2013).*

Na etapa de levantamento bibliográfico foram consultados periódicos nas áreas de Ciências Ambientais, Administração, História, Geografia, Economia, Turismo, Desenvolvimento Regional e áreas afins. As buscas foram feitas por meio dos descritores e nas palavras-chave desse artigo, analisadas de forma integrada, com delimitação temporal de 1998 a 2022. Parte dos materiais está disponibilizada em formato impresso (biblioteca e acervos particulares na região estudada) e nas plataformas: Periódicos CAPES, *SciELO*, *Google Scholar*, além do *Research Gate*.

A pesquisa de campo ocorreu entre os meses de setembro e novembro de 2022, com visitas aos prédios tombados no conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó. Analisou-se o Plano Plurianual Participativo (PPA) do município no quadriênio 2022 a 2025, disponível no site oficial da prefeitura. Os programas de governo foram classificados com base nos objetivos estratégicos, contribuindo para a elaboração dos indicadores de desempenho. Por fim, os resultados foram consolidados e foi proposta a utilização do *Balanced Scorecard (BSC)*, uma ferramenta de gestão que fortalece a Gestão Pública no ambiente municipal, oportunizando a gestão eficiente e eficaz dos recursos.

O levantamento cartográfico se constituiu em dados vetoriais (*shapefiles*) e matriciais (raster), mapas temáticos e imagens de satélite, disponíveis em *web sites* de órgãos públicos, discriminados no texto, utilizados para realizar os trabalhos de campo e contribuir na elaboração dos produtos cartográficos e gráficos, sobretudo o mapeamento digital realizado, em laboratório, bases importantes para a discussão dos resultados.

Por fim, para os dados secundários e primários foram analisados documentos históricos e instrumentos de proteção legal, visando a composição dos resultados e discussões, cuja análise, espera-se, possa contribuir com respostas aos objetivos específicos e, por conseguinte, ao objetivo principal dessa pesquisa. De acordo com Alves, Nadae e Carvalho (2022) a combinação de dados primários e secundários auxilia a entender com detalhe e profundidade a complexidade do objeto selecionado para estudo.

Com base nos procedimentos descritos nesta seção, foi possível verificar as políticas, ações e intervenções promovidas pelo poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Os principais resultados dessas pesquisas são apresentados e discutidos na seção posterior.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Legitimado em 1972 pela UNESCO, a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, teve como objetivo incentivar a preservação de bens culturais naturais. Trata-se de um esforço internacional para valorizar e proteger bens considerados patrimônio de todos os povos (IPHAN, 2021).

No que tange à preservação do patrimônio cultural no Brasil, a Constituição Federal de 1988, no artigo 216 define que, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988, art. 216).

Logo, o turismo cultural destaca cidades históricas com patrimônio tombado pelo IPHAN, como Icó, conhecida por seu valor histórico e cultural. Turistas visitam edificações dos séculos XVIII e XIX e outros atrativos culturais do município (IPHAN, 2022).

Conforme a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo de Icó (SDECTI), os patrimônios edificados tombados mais visitados são: Igreja Nossa Senhora da Expectação (Matriz); Santuário do Senhor do Bonfim; Igreja de Nossa Senhora do Rosário; Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte; Teatro da Ribeira dos Icó e Antiga Casa de Câmara e Cadeia (Icó, 2023).

A Casa de Cultura Marinha Graça; o Palácio da Alforria, Sobrado Canela Preta, Solar dos Anteros; Mercado Público de Icó, Rua General Piragibe e a Antiga Rua da Corte fazem parte do sítio histórico tombado nacionalmente e, caracterizam um importante atrativo para atividades turísticas de Icó. As Tamarineiras, plantadas em 1842, são árvores bicentenárias considerado patrimônio natural, que se destaca como um importante patrimônio natural da região. Preservar as Tamarineiras ressalta a importância de proteger o meio ambiente e valorizar a herança cultural e histórica de Icó, demonstrando como elementos naturais podem integrar o patrimônio cultural e contribuir para o bem-estar coletivo (Icó, 2023).

O patrimônio cultural tem um papel significativo no desenvolvimento sustentável de uma região. Esse segmento turístico deve proporcionar um diálogo entre as pessoas

da comunidade e os turistas (Carvalho, 2009). O fomento e a sustentabilidade do turismo cultural em Icó podem melhorar os indicadores sociais regionais, afinal, os turistas utilizam os serviços locais como hospedagem, alimentação e transporte, estimulando a economia da comunidade.

Algumas ações de promoção ao turismo foram realizadas em parceria com o Programa Monumenta e o Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará (PROURB). O Monumenta restaurou bens tombados de Icó, enquanto o PROURB melhorou a infraestrutura urbana, ambos contribuindo para a conservação do patrimônio e o desenvolvimento do turismo na região (Pereira, 2021).

O turismo cultural deve preservar o patrimônio cultural e evitar sua perda por exploração comercial. Políticas públicas devem equilibrar turismo e patrimônio com planos, leis e regulamentações apropriadas.

Identificados os principais achados nos documentos oficiais disponíveis, partiu-se para a discussão sobre a relevância do patrimônio material de valor histórico e cultural, focando nos patrimônios edificados tombados mais visitados. O objetivo foi entender a importância de sua preservação, identificar as estratégias de desenvolvimento sustentável, e analisar as políticas públicas, ações de planejamento e gestão de fomento ao turismo cultural.

#### **4.1 Políticas públicas, legislação e gestão patrimonial.**

Nesse contexto, a história evolutiva do conceito de patrimônio cultural e maranha-se com a história da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo Decreto-Lei nº 25/1937 (Brasil, 1937), que se tornou o principal instrumento jurídico de proteção patrimonial, cuja preservação do Patrimônio Cultural só se constituiria através do tombamento, contando assim, com a efetiva participação do Estado através do SPHAN (atual IPHAN) (Choay, 2006).

As cartas patrimoniais (Quadro 1) abrangem conceitos e medidas para ações administrativas preservacionistas. São tratadas por organismos como UNESCO, Organização dos Estados Americanos (OEA), Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), IPHAN, entre outras (IPHAN, 1981; Brasil, 1995).

O Quadro 1 resume a pesquisa documental sobre o patrimônio no município de Icó. Verifica-se:

QUADRO1: CARTAS PATRIMONIAIS E AS DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO

CARTAS PATRIMONIAIS E DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO		Fonte
<i>Carta de Atenas (1931)</i>	<i>Primeiro documento internacional, precursor a carta em patrimônio histórico e artístico.</i>	<i>(UNESCO, 2023)</i>
<i>Recomendação de Nova Délhi (1956)</i>	<i>Explora pesquisas arqueológicas, destaca a educação patrimonial frisa circuitos turísticos como forma de educar o público.</i>	<i>(Köhler, 2019)</i>
<i>Carta de Veneza (1964)</i>	<i>Obras monumentais e evolução histórica de povos como testemunho vivo de tradições seculares. Influente carta patrimonial amplia conceito de patrimônio cultural.</i>	<i>(IPHAN, 2023)</i>
<i>Normas de Quito (1967)</i>	<i>Funcionalização do patrimônio monumental vinculado ao desenvolvimento econômico através do turismo cultural é enfatizada.</i>	<i>(Köhler, 2019)</i>
<i>Recomendações de Paris de 1968 e 1972</i>	<i>Reforça a valorização e preservação de monumentos e construções históricas e culturais, exigindo responsabilidade dos governos na proteção da herança da humanidade.</i>	<i>(IPHAN, 1968)</i>
<i>Declaração de Amsterdã (1975)</i>	<i>Enfoca a comunidade preservando o patrimônio e o turismo excessivo gerando danos ao patrimônio.</i>	<i>(IPHAN, 1975)</i>
<i>Declaração do México (1985)</i>	<i>Patrimônio cultural e imaterial representa identidade histórica e cultural dos povos em bens.</i>	<i>(Köhler, 2019)</i>
<i>Carta do Turismo Sustentável (1995)</i>	<i>Documento da Conferência Mundial de Turismo Sustentável aborda desenvolvimento sustentável, gestão global de recursos, conservação de capital natural e cultural, integrando áreas protegidas.</i>	<i>(Hanai, 2012)</i>
<i>ICOMOS (1999,2002).</i>	<i>O documento destaca as diretrizes do ICOMOS sobre turismo-cultural e a importância de educar a população local sobre seu patrimônio e os impactos negativos do turismo.</i>	<i>(ICOMOS, 2023).</i>

FONTE: Elaboração Autores (2023).

Diante do exposto, desde 1931 com um documento internacional de Atenas, pela UNESCO, iniciou-se o processo de preservação patrimonial, na sequência foram realizadas pesquisas, explorações, para verificar o testemunho de uma cultura viva e latente, até checar a importância e veracidade dos dados, a fim de documentá-los, tornando a cidade importante, não apenas para a localidade, mas para o país.

As cartas patrimoniais objetivam a orientação e uniformização das práticas em torno da proteção aos bens culturais. Assim, patrimônio cultural não se limita apenas a recursos materiais, mas considera a subjetividade e intangibilidade de elementos que estão relacionados a cultura (Choay, 2006).

Verifica-se que na cidade de Icó, o turismo é uma das fontes de renda, em destaque pelo sítio histórico barroco considerado patrimônio histórico nacional. O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó dividido em 5 poligonais, representa a

porção mais relevante da cidade e um importante atrativo para atividades turísticas (Icó, 2022).

O Mapa do Turismo Brasileiro de 2019 categoriza municípios em cinco níveis (A, B, C, D e E), conforme a Portaria nº 30/2018 do Ministério do Turismo (MTur), que elucida a “categorização como um instrumento para identificação do nível de desenvolvimento da economia do turismo dos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro”. Os municípios das categorias A e B possuem uma atividade turística expressiva, enquanto os das categorias C, D e E apresentam infraestrutura inadequada, necessitando de mais investimentos públicos em turismo (Brasil, 2018). Essas categorizações consideram o desempenho econômico no setor turístico.

O município de Icó está incluído no Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021 e utiliza o turismo como política de desenvolvimento econômico, geração de empregos e renda. No entanto, está classificado na categoria D. Para melhorar, Icó precisa avançar no fomento ao setorturístico por meio de ações de promoção dos destinos turísticos e potencializar o desenvolvimento local com o turismo cultural (Brasil, 2019).

O PPA de Icó é um documento com finalidade de estabelecer diretrizes, metas e objetivos da gestão pública através de propostas, tendo em vista o desenvolvimento da cidade (Icó, 2021), apresenta estratégias para o quadriênio 2022/2025, sendo que das 545 propostas, apenas 30 contemplam o turismo, conforme apresentado na Tabela 1.

TABELA 1: ESTRATÉGIAS DO PPA PARA O QUADRIÊNIO TURISMO 2022/2025

EIXOS	Estratégias do PPA para o quadriênio 2022/2025- Turismo
AMBIENTAL	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promoção do turismo rural ecológico, através de trilhas com visitas guiadas e passeios de eco pedal.</li> <li>2. Nos pontos turísticos de Icó, instalar quiosques turísticos.</li> <li>3. Conservar pontos, paisagens e riquezas turísticas.</li> <li>4. Definir políticas de desenvolvimento rural sustentável e um Plano de Desenvolvimento Rural, através de um fórum participativo.</li> <li>5. Integração das atividades rurais as cadeias produtivas, promoção da diversidade da produção agrícola e biodiversidade regional.</li> <li>6. Implantar programas de reflorestamento em nível de pequeno produtor, visando aumentar sua renda e sua permanência no meio rural.</li> <li>7. Estimular programas de manejo para exploração do carvão vegetal nas florestas plantadas</li> </ol>

SOCIAL	<p>8. Implantar Centro de Atendimento ao Turista (CAT). 9. Criar sala de apoio receptivo turístico. 10. Orientar e incentivar ações de formação capacitação de recursos humanos, para atender ao desenvolvimento da atividade turística do Município. 11. Apoiar realização de feiras, exposições demais eventos voltados para promoção de agronegócios. 12. Fomentar o Turismo Rural, fortalecer a divulgação potencialidades distritais, ofertar cursos de capacitação e formação turística, em parceria com o Sistema “S”, Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).</p>
ECONÔMICO	<p>13. Constituir Selo de Qualidade para as pessoas e organizações que ofereçam serviços/ produtos de qualidade na área do turismo. 14. Fortalecer desenvolvimento das cadeias produtivas na área do turismo (promover parcerias com setor privado, compra de produtos, capacitação, outros). 15. Incentivar artesanato regional sua comercialização, melhorando renda aos produtores locais. 16. Apoiar o setor privado na criação de áreas turísticas pioneiras para gerar empregos e renda. 17. Incentivar produção de hortigranjeiros, com ênfase na partição da população local na oferta desses produtos. 18. Incentivar produção de alimentos familiar, conservação e industrialização. 19. Apoiar projetos de criação de pequenos animais para aumentar a renda dos pequenos produtores e fortalecer a presença desses produtos no comércio local. 20. Articular com o governo estadual e o setor privado para fortalecer as atividades turísticas. 21. Dinamizar o uso de equipamentos públicos para permitir ao pequeno produtor rural acessar o mercado consumidor, promovendo a economia local.</p>
CULTURAL	<p>22. Criar programas para promover manifestações culturais e atividades turísticas religiosas, enriquecendo a oferta. 23. Articular com setores afins para realizar eventos culturais de importância turística. 24. Criar calendário para visitas ao Patrimônio Histórico (urbanos/rurais). 25. Campanha publicitária para divulgar o potencial turístico histórico- religioso, destacando o patrimônio arquitetônico nas áreas urbanas e rurais do município. 26. Criar uma carteira para artistas reconhecidos pela Secretaria de Cultura e estabelecer parcerias com o comércio local para descontos e promoções</p>
TECNOLÓGICO	<p>27. Criar um Mapa Turístico, com visitação presencial e em site específico. 28. Articular com a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) para uma maior divulgação do roteiro turístico de Icó em suas atividades de promoção. 29. Criar sistemas de transporte especial para coleta e venda de produtos de pequenos produtores. 30. Fortalecer a infraestrutura rural e serviços sociais, permitindo ao produtor o desenvolvimento eficiente de suas atividades agropastoris de forma integrada.</p>

FONTE: Elaboração autores (2023) a partir de ICÓ Plano Plurianual Participativo (2022- 2025)

A tabela demonstra as estratégias traçadas para o fomento ao setor turístico, evidenciando o turismo cultural como potencial para o desenvolvimento da cidade. No entanto, das 30 estratégias pensadas, apenas 5 (22, 23, 24, 25 e 26) dialogam diretamente com o segmento cultural. Percebe-se uma tênue conexão entre cultura e turismo, porém parcerias e ações integradoras ainda são limitadas. O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) coordena a Política Municipal de Turismo, buscando diretrizes para uma atuação coordenada entre serviços públicos e iniciativa privada (Icó, 2013). É necessário focar em aspectos socioculturais e práticas sustentáveis.

Nesse contexto, novos modelos de gestão do turismo focam no turismo responsável e em segmentos como ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural e etnoturismo, destacando a valorização da cultura local e a preservação ambiental (Ramos e Costa, 2017). A ONU (2015) define o desenvolvimento sustentável com três pilares: social, ambiental e econômico. Encontrar equilíbrio entre essas dimensões é um desafio no setor turístico. Para Sachs (2008), a sustentabilidade é entendida por um conjunto de critérios que inclui aspectos culturais, sociais, econômicos, ambientais, territoriais, políticos e ecológicos.

O turismo cultural em Icó se configura como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, sendo necessário o planejamento eficaz para promover e integrar o patrimônio vivenciado pela população, visando desenvolvimento integrado.

Percebeu-se que as políticas, ações e intervenções promovidas pelo poder público, iniciativa privada e sociedade civil tem contribuído parcialmente para fomento da prática turística no centro histórico de Icó. Notou-se que esse debate ainda se mantém nas reuniões e nos documentos, todavia, espera-se que as ações que vem sendo desenvolvidas, possam integrar um planejamento turístico e projetos voltados para o patrimônio cultural

#### 4. 2. Plano de ação para o turismo cultural do município de Icó.

No turismo, o planejamento é essencial para garantir viabilidade, organização e sustentabilidade. Deve focar na conservação e sustentabilidade. Os governos, como formuladores de políticas, podem implementar práticas sustentáveis nas comunidades para assegurar a conservação das áreas onde as atividades turísticas ocorrem (Carvalho, 2009). Assim, a população residente nas áreas de patrimônio cultural merece um desenvolvimento sustentável na região, sendo ativa nas decisões. Em Icó, a preservação e o turismo cultural vem sendo desenvolvido, entretanto, deve-se planejar o gerenciamento, a efetividade das atividades de articulação e as estruturas governamentais.

O BSC alinha missão e visão da empresa em quatro perspectivas: financeira, cliente, processos internos e aprendizado/crescimento. Essa integração ajuda os gestores a entender as relações funcionais, diferente da esfera pública, que foca na prestação de serviços (Kaplan; Norton, 2004).

No setor público, o BSC deve ter um objetivo amplo no topo para garantir um propósito de longo prazo. Kaplan e Norton (2004) recomendam colocar a perspectiva dos cidadãos no topo, pois as estratégias devem ser baseadas neles para melhorar a qualidade dos serviços.

Na administração pública, o planejamento é determinado por documentos formais. O PPA apresenta diretrizes, metas e objetivos da gestão pública, evidenciando gastos com a finalidade de dar mais transparência. Assim, o BSC auxilia no monitoramento das ações desenvolvidas, alinhando o planejamento municipal. Contudo, o uso de ferramentas de gestão não garante a eficácia do processo e um serviço público de qualidade (Kaplan; Norton, 2004).

Procedeu-se uma análise documental quanto à identificação da missão e da visão da prefeitura municipal de Icó, porém sem êxito; uma busca no web site oficial foi realizada, e nada foi encontrado. Sublinha-se que esse é um problema a ser enfrentado pela administração pública a dificuldade da identificação da missão e visão.

A partir da análise do PPA, foi definida perspectiva e conseqüentemente, elaborados indicadores essenciais para a formulação do BSC, resultando a estratégia em ação (Quadro 2). Estabelecer indicadores na administração pública é desafiador devido a natureza de longo prazo de algumas ações. Para superar essa dificuldade, é necessário definir objetivos de longo prazo e transformá-los em ações de médio e curto prazo.

QUADRO 2: PERSPECTIVA CIDADÃOS/SOCIEDADE

PERSPECTIVA CIDADÃOS / SOCIEDADE	
Objetivo	Indicadores
Constituir a Festividade do Senhor do Bonfim, terceira maior festa religiosa no Ceará.	Quantidade de eventos em estímulo a promoção da festividade.
Fomentar o desenvolvimento econômico através do turismo religioso.	% de ações de turismo religioso para atender os cidadãos
Articular eventos culturais turísticos importantes com diversos setores.	Quantidade de eventos culturais realizados
Apoiar setor privado na abertura de áreas pioneiras de turismo para gerar empregos e renda.	Identificar áreas turísticas Nº de ações executadas junto ao setor privado
Estimular produção de alimentos, envolvendo moradores locais na distribuição	% da produção de hortigranjeiros. % participação da população
Incentivar produção de alimentos familiar, conservação e industrialização.	Número de ações executadas

Articular esforços com governo estadual e setor privado, para fortalecer as atividades turísticas.	Nº de projetos elaborados para fomento as atividades turísticas. % de realização das ações. Nº de empresas que já atuam no município.
Promover uso de equipamentos públicos para pequenos produtores rurais venderem produtos em feiras.	% de produtores rurais atendidos
Campanha publicitária promove potencial turístico histórico-religioso do Patrimônio Arquitetônico de áreas urbanas e rurais.	Quais canais de comunicação para publicizar o turismo religioso. % de Planos executados.
Nos pontos turísticos de Icó, instalar quiosques turísticos (centro de atendimento turístico),	Nº de benefícios oferecidos para fomento do desenvolvimento econômico

FONTE: Elaboração autores (2023) a partir de PPA da Prefeitura Municipal de Icó

Para Hammerschmid *et al.* (2019), na gestão pública, a visão centrada no cidadão no topo do BSC melhora a qualidade do serviço, a eficiência de custos e o acesso igualitário. Foram estabelecidos objetivos extraídos do PPA 2022- 2025, com seus respectivos indicadores na perspectiva da aprendizagem e dos processos internos (Quadro 3). Os objetivos representam serviços que o município presta, visando proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos, neste caso, o fomento às atividades turísticas.

Os objetivos estratégicos dos processos internos visam identificar processos de valor para os cidadãos, melhorar serviços públicos e aperfeiçoar políticas públicas. A perspectiva do aprendizado envolve o desenvolvimento dos recursos humanos para melhorar os serviços municipais.

QUADRO 3: OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO	
Objetivo	Indicadores
Criar um museu de arte e formar guias de turismo beneficiando com bolsas	% de Planos executados; Número de pessoas beneficiadas;
Criar editais para cultura, Conselho Municipal de Cultura e Turismo.	Nº de projetos elaborados e reuniões
Constituir Consórcio Regional de Turismo Religioso.	Nº ações e projetos que possam estruturar o consorcio regional de turismo religioso
Fortalecer marketing do turismo referente ao patrimônio cultural religioso.	Nº Workshops, promoção de produtos e serviços, feiras culturais para turismo e patrimônio religioso.
Estimular o turismo rural em parceria com o Sistema “S” (SESC, SENAC, SENAI e SEBRAE).	Nº de projetos elaborados para fomento do turismo. Nº de capacitações realizadas

PROCESSOS INTERNOS	
Objetivo	Indicadores
Criar agenda com locais tombados da Secretaria e compartilhar com artistas para desenvolver projetos.	Nº de equipamentos tombados mais visitados. Cadastro dos artistas.
Criar um Mapa Turístico, com visitação presencial e em site específico.	Locais de comunicação físico e virtual
Implantar Centro de Atendimento ao Turista-CAT.	Número de capacitações realizadas. % formação de profissionais

FONTE: Elaboração autores (2023) a partir de PPA da Prefeitura Municipal de Icó.

Por fim, na perspectiva orçamento/financeiro, os recursos públicos necessitam ser geridos de forma eficiente e eficaz, ampliando sua arrecadação, reduzindo suas despesas e custos. Para manter e ampliar as ações, é crucial assegurar os recursos alocados no orçamento público (Karplan; Norton, 2004).

As perspectivas são condições de desempenho para que uma instituição pública alcance os resultados esperados, realizando assim, a sua função social. Segundo Karplan e Norton (2004), a perspectiva financeira para o órgão público não é o objetivo final, mas sim um meio para cumprir sua função social. No setor público, a perspectiva financeira é deslocada do topo para a base do BSC, vinculando-a ao melhoramento da gestão e às dimensões de avaliação de desempenho.

O BSC exige planejamento, controle e estratégia, refletindo em diretrizes institucionais. Na gestão pública, é necessário adaptar o modelo às dimensões gerenciais e sistemas corporativos. Os envolvidos devem participar do planejamento para garantir a qualidade dos serviços públicos. (Karplan; Norton, 2004).

Pela análise dos documentos, especificamente do PPA, o BSC aplicado ao Turismo Cultural, percebe-se a possibilidade de difundir a importância do processo de planejamento estratégico com a participação de agentes do turismo incluindo a comunidade local. Os indicadores estratégicos são gerados a partir das discussões realizadas pelas partes envolvidas no processo de aplicação do BSC, possibilitando mobilizar a todos quanto a elaboração e efetivação das mesmas, à medida que requer um monitoramento quanto ao desempenho para a implementação de ações

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou diagnosticar o turismo cultural em Icó, identificando, nos documentos analisados, especialmente no PPA, as estratégias para fomentar o turismo cultural e a eficácia das ações na prática. Observou-se a necessidade de melhorias nesse setor. Embora algumas ações tenham sido realizadas em parceria, o

setor privado não participa efetivamente, conforme indicado no PPA. A implementação do BSC pode auxiliar na medição e avaliação do desempenho no serviço público.

Os indicadores auxiliam na gestão do turismo e do patrimônio cultural, fornecendo diretrizes para a sustentabilidade. No entanto, o acesso às fontes é crucial, e a rotatividade de agentes públicos dificulta o cumprimento da missão e visão. O BSC na administração pública é essencial para avaliar desempenho, identificando desafios e oportunidades de melhoria. O BSC, ao definir pilares estratégicos, objetivos, indicadores e metas, fomenta colaboração e transparência, otimizando recursos e aprimorando serviços públicos de forma significativa.

É necessário fomento para o desenvolvimento sustentável local e ações enfatizam na preservação do patrimônio cultural. A população valoriza o patrimônio cultural, reconhecendo seu valor identitário e potencial para turismo cultural. Em conclusão, este trabalho destaca a importância da preservação do Patrimônio Histórico e Cultural para os municípios e visa ajudar a gestão do município de Icó a reconhecer gradualmente essa importância como precursor para o incentivo do desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J.L., NADAE, J., CARVALHO, M.M. *Knowledge management enablers and barriers: exploring the moderating effect of communication barriers.*

*International Journal of Managing Projects in Business*, 15 (7), pp. 1091- 1122.

ÁVILA, M. A. *Política e Planejamento em Turismo Cultural: conceitos, tendências e desafios.*In: Camargo, P., Cruz, G. (Ed.). **Turismo Cultural: Estratégias, Sustentabilidade e tendências.** Ilhéus: Editus, 109-124, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25/1937. 1937. Disponível em:** [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novem\\_bro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novem_bro_de_1937.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Ministério da Cultura. **Cartas Patrimoniais: Cadernos de documentos, Volume**

**3. Brasília: Ministério da Cultura. 1995. Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro. 2019. Disponível em:**

<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 20 jul. 2022.

**BRASIL. Portaria MTur nº 30, de 7 de fevereiro de 2018 que estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do**

*Turismo Brasileiro. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2018/portaria-n-30-de-7-de-fevereiro-de-2018>. Acesso em: 19 mai. 2022.*

**BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Cultural no Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2017.**

*CARVALHO, P. Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos ecoculturais. In: Proceedings 1st Cape Verde Congress of Regional Development. 2009.*

*CASTRIOTA, L. B. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS. 2009.*

*CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. Tradução de Luciano Machado. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNIESP. 2006.*

COCCOSSIS, H. I KOUTSOPOULOU, A. Measuring and monitoring sustainability of coastal tourism destinations in the Mediterranean. **Tourism: An International Interdisciplinary Journal**, 68 (4), 482-498, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.37741/t.68.4.8>. Acesso em: 20 mai. 2022.

**CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE. Carta del Turismo**

**Sostenible. 1995. Disponível em: <https://datosdelanzarote.lztic.com/media/item/docs/20051226123220895CartaTurismoLanzarote.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.**

**DIAS, R. Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, p.258, 2006**

*GUIMARÃES, T. O., MOURA-FÉ, M. M., ALMEIDA, R. R. Geopatrimônio: por*

*quê? Para quê? Para quem?, PerCursos, 23(52) p. 332-362, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/21358/14688>. Acesso em: 20 dez. 2022.*

*HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 8(1), p. 198-23, 2012.*

HAMMERSCHMID, G., VAN DE WALLE, S., ANDREWS, R., & MOSTAFA, A.

M. S. (2018). New Public Management reforms in Europe and their effects: findings from a 20-country top executive survey. **International Review of Administrative Sciences**, 85(3), p.399–418, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0020852317751632>. Acesso em: 18 nov. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População. 2021a. Disponível em:** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/ico/panorama>. Acesso em: 19 nov. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malhas territoriais. 2021b. Disponível em:** [https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacaodoterritorio/malhas territoriais/15\\_774malhas.html?=&t=downloads](https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacaodoterritorio/malhas territoriais/15_774malhas.html?=&t=downloads). Acesso em: 19 nov. 2022.

ICÓ. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo. **Utilização e Preservação dos Prédios Históricos Icó: Documento Interno 001/2022. Icó: Secretária Municipal de Cultura. 2022.**

ICÓ. **Lei de responsabilidade fiscal. Lei nº 1.093/2021. Plano Plurianual Participativo(2022- 2025). 2021. Disponível em:**

<https://www.ico.ce.gov.br/lrf.php?id=1478>. Acesso em: 05 out. 2022.

ICÓ. Lei Orgânica do Município. **Lei nº 867, de 21 de agosto de 2013. 2013. Disponível em:** [https://www.ico.ce.gov.br/arquivos/1786/DECRETO%20\\_080\\_2021\\_0000001.p\\_df](https://www.ico.ce.gov.br/arquivos/1786/DECRETO%20_080_2021_0000001.p_df). Acesso em: 10 out. 2022.

ICÓ. **Patrimônios de Destaques mais visitados. Icó: Secretária Municipal do Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo. 2023.**

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Atlas. Fortaleza: Órgão Governo do Estado de Ceará. 2018. Disponível em:** <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/>. Acesso em: 28 out. 2022.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Limites municipais. Fortaleza: Orgão Governo do Estado de Ceará. 2021. Disponível em:** <https://www.ipece.ce.gov.br/limites-municipais/>. Acesso em: 28 out. 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Icó (CE). 2022. Disponível em:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/240/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2021). **Conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó: normas para preservação.** Fortaleza: IPHAN, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/ptbr/assuntos/noticias/>

CartilhaConjuntoArquitetnicoe Urbansticodel cVersoDigital02.pdf. Acesso em: 13 set. 2022.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Veneza (1964):1964.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Recomendações Paris de Obras Públicas e Privadas de 19 de novembro de 1968. 1968.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Declaração de Amsterdã de outubro de 1975. 1975.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Atenas Conferência de Atenas. 1931.** Disponível em: [https://en.unesco.org/sites/default/files/guatemala\\_carta\\_de\\_atenas\\_1931\\_spa\\_orof.pdf](https://en.unesco.org/sites/default/files/guatemala_carta_de_atenas_1931_spa_orof.pdf). Acesso em: 01 dez. 2022.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Florença. **Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. 1981.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenca%CC%A7a%201981.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

KAPLAN, R.S., NORTON, D.P. **Mapas Estratégicos: Convertendo Ativos Intangíveis em Resultados Tangíveis.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

KÖHLER, A. F. *As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro.* **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo, 9(2), 138-163, 2019.**

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A.; OLIVEIRA, E. *Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC).* **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, 16, e-2094, 2022.** Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v16.2094>. Acesso em: 10 dez. 2022.

LIMA, T. F., ÁVILA, M. A., QUEIROZ, L. M. Turismo e Patrimônio: reflexões sobre sustentabilidade e inclusão de pessoas com necessidades especiais nas atividades de lazer. **Anais do VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - 02 e 04 de outubro de 2011 – UNIVALI. Balneário Camboriú/SC, 2011.** Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/8/42.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

LIMA, M.; IRVING, M.; OLIVEIRA, E. Decodificando narrativas de políticas públicas de turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, 2022. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2094/1468>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MAGALHÃES, F. (2022). Reflexões sobre o Turismo no espaço e no tempo. *RI-TUR - Revista Iberoamericana de Turismo*, 12(2), 01-03. <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/14649/10281> Acesso em: 14 dez. 2022.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em:** <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **La OMT y la UNESCO: turismo y cultura para impulsar los ODS. 2017. Disponível em:** <https://www.unwto.org/es/archive/press-release/2017-12-05/la-omt-y-la-unesco-turismo-y-cultura-para-impulsar-los-ods>. Acesso em: 30 mai. 2022.

PEREIRA, A. J. L. **Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação. Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri, Crato, 2021.**

PRADA-TRIGO, J.; CHILLOGALLO, D. A.; CORDOVAET, A. C.; LEÓN, L. T. *El turista cultural: tipologías y análisis de las valoraciones del destino a partir del caso de estudio de Cuenca-Ecuador. PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 16, n. 1, p. 55-72, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; De Freitas, Ernani Cesar. **Metodologia Do Trabalho Científico. Accounts.google.com, 2013. Disponível em: Metodologia do Trabalho Científico - 2ª Edição | Universidade Feevale. Acesso em: 10 de dez de 2023.**

RAMOS, S. P. Desafios do planejamento e desenvolvimento do turismo cultural em centros históricos tombados: o caso de Penedo-Alagoas. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, p.4-14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180075>. Acesso em: 12 ago. 2022.

RAMOS, D. M., COSTA, C. M. *Turismo: tendências de evolução. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 10(1), p.21-33, 2017.

ROBINSON, M., SMITH, M. Politics, Power and Play: The Shifting Contexts of Cultural Tourism. In: Smith, M., Robinson, M. (Ed.). **Cultural Tourism in a Changing World -Politics, Participation and (Re)presentation. Toronto: Channel View Publications, p.1-18, 2015.**

**SACHS, I. Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond. 2008.**

*VOGT, C. Indicadores de C, T & I e de cultura científica. ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, n. 96, mar. 2008. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=33>*  
Acesso em: 04 jan. 2023.

ZANETONI, J. ARAÚJO, G. MARIANI, M. Revista Científica do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí. **Visão e Ação, v26.p.01-21, jan./dez. 2024 - e19370. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/tva.v26.19370>**. Acesso em: 20 dez. 2022.

**TS**

